



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto:

1.2. Contratação de empresa para realização de serviços de cobertura fotográfica profissional de eventos e pautas com fins jornalísticos ou de registro para o Centro de Memória, realizados pelo TRE-MS ou daqueles em que ele seja parceiro, em Campo Grande ou em municípios situados no interior do Estado, visando à formação de arquivo institucional do Tribunal e de um banco de imagens.

1.2.1. A produção fotográfica envolve o registro das atividades fim e administrativas do TRE-MS – sessões de julgamento, eventos gerais e setoriais, reuniões, posses, inaugurações e encontros institucionais, solenidades, etc – assim como fotos oficiais dos membros, juízes, servidores e corpo administrativo, destinadas aos veículos mantidos pelo TRE-MS (portais de internet e intranet, publicações impressas, mídias sociais, etc).

1.2.2. As finalidades dos registros fotográficos são de caráter jornalístico e documental, bem como para atendimento de demandas com ilustração e elaboração de material gráfico em geral (publicações, livros, revistas, banners, outdoors, cartazes, folders, entre outros) e ilustração de notícias nos portais de intranet, internet e mídias sociais.

2. A contratação desse serviço será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições contidas no Edital, neste Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Termo Contratual (Anexo II).

3. Dadas as características do serviço e a impossibilidade da previsão da realização de todos os eventos com a antecedência mínima, assim como eventual cobertura urgente de eventos que podem vir a acontecer na sede do órgão ou nas unidades do interior, que permita o deslocamento de profissionais situados em municípios diversos desta capital em tempo hábil para a realização da cobertura necessária, é condição para a assinatura do Termo de Contrato a comprovação da existência de sede/filial/escritório no município de Campo Grande/MS por parte da licitante vencedora.

3.1. A comprovação de que trata a cláusula anterior se dará no momento da assinatura do Termo Contratual, através da apresentação de documento hábil que comprove a existência de escritório em funcionamento no município de Campo Grande/MS (alvará de funcionamento emitido pela prefeitura municipal, inscrição municipal, etc.).

CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

1. A presente contratação justifica-se devido à necessidade de atender a demanda por material fotográfico para utilização, tanto no site quanto em matérias, livros, revistas e campanhas produzidas pelo TRE-MS. Além disso, a cobertura fotográfica dos eventos realizados nesta Casa presta-se à formação de um arquivo em que ficarão registrados os principais momentos, cerimônias e eventos realizados pelo TRE-MS, constituindo material de grande valor histórico para as futuras gerações, tornando-se serviço indispensável.

CAPÍTULO III – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O período de vigência do contrato de prestação dos serviços é de **12 (doze) meses**, com início a partir da assinatura do contrato.

1.1. O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses.

1.2. Os saldos contratuais, porventura existentes no final da vigência dos contratos, ficarão automaticamente decrescidos do valor da contratação, sendo que a participação no certame implica anuência da empresa quanto às supressões de serviços que se fizerem necessárias, qualquer que seja o percentual a ser suprimido.

CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS E DOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

1. A descrição, condições para a prestação do serviço de cobertura fotográfica, além dos preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados a seguir.

GRUPO 1 - SERVIÇOS DE COBERTURA FOTOGRÁFICA DE EVENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
1	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assistência de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS – Saída de até 1h (mínimo de fotos 10).		
Unidade	Saída	Qtde Estimada anual	24
Preço Unitário Máximo (R\$): 689,38		Preço Total Máximo (R\$): 16.545,12	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
2	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assistência de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS – Saída de até 2h (mínimo de fotos 100)		
Unidade	Saída	Qtde Estimada Anual	24
Preço Unitário Máximo (R\$): 855,00		Preço Total Máximo (R\$): 20.520,00	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
3	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assistência de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS – Saída de até 4h (mínimo de fotos 250)		
Unidade	Saída	Qtde Estimada Anual	24
Preço Unitário Máximo (R\$): 952,28		Preço Total Máximo (R\$): 22.854,72	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
4	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assistência de Comunicação Social a serem executados em MUNICÍPIOS SITUADOS NO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.		
Unidade	Saída	Qtde Estimada Anual	12

Preço Unitário Máximo (R\$): 1.770,50**Preço Total Máximo (R\$): 21.246,00**

Valor total estimado do Grupo	R\$ 81.165,84
Intervalo mínimo entre lances para cada Item	R\$ 10,00

1.1. Os Itens 1 a 4 estão agrupados no GRUPO 1, por se tratar de um único serviço (fotografia profissional) que será dividido em itens referente ao tempo de duração dos eventos. Desta forma, deverá ser ofertado preço para cada um dos itens que compõem o grupo e o critério de julgamento será o menor valor global para o grupo.

1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Entende-se por “saída” o deslocamento do profissional para cobertura e produção de fotos em evento ou pautas específicas, conforme solicitação da Assessoria de Comunicação e Cerimonial do TRE/MS, sendo certo que as saídas, que poderão acontecer períodos da manhã, tarde ou noite, serão divididas em saídas de “até 1h”; “até 2h” e “até 4h”, contadas do início do horário previsto para o evento.

2.1. A saída de até 4 horas poderá ser fracionada, desde que seja no mesmo dia e relacionada ao mesmo evento, de acordo com a necessidade do Tribunal.

2.2. As saídas constantes do subitem 4 corresponderão sempre ao turno de 4 horas (manhã, tarde ou noite).

3. Não serão computados para fins de pagamento o tempo demandado com o deslocamento dos profissionais/equipamentos para a execução dos serviços de cobertura fotográfica, bem como o necessário com a preparação dos trabalhos de montagem e desmontagem dos equipamentos.

4. Deverá ser observado o número mínimo de fotos que serão entregues para as saídas dos subitens 1, 2 e 3.

4.1. A aceitação dos arquivos dependerá da análise da fiscalização sobre a qualidade verificada no ajuste do foco no objeto ou assunto, iluminação ideal ou enquadramento, e somente serão consideradas para fins de aceitação as fotos que atenderem os requisitos técnicos exigidos. As fotos rejeitadas não integrarão a contagem do mínimo de fotos necessárias constantes na especificação do objeto.

4.2. A ASCOM providenciará em até 24h da entrega da relação de fotos aceitas e rejeitadas com o motivo da rejeição quando ocorrer.

5. A Contratada deverá disponibilizar e-mail e telefone para contato e para fins de abertura de Ordem de Serviço pelo Contratante e ainda dispor de meio eletrônico para que os arquivos possam ser enviados em grande quantidade via e-mail ou disponibilizados em plataforma de compartilhamento;

6. Caso sejam constatadas falhas ou imperfeições nas reproduções, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar as correções necessárias, ou realização de novo serviço, substituindo, por sua conta, o material defeituoso, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas;

CAPÍTULO V - DOS SERVIÇOS DE COBERTURA FOTOGRÁFICA E DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

1. Após a realização de cada evento denominado “saída”, deverá ser elaborado material produzido, que consistirá de, no mínimo, 10 (dez) fotos para as saídas de até 1h; 100 (cem) fotos para as saídas de até 2h; e 250 (duzentos e cinquenta) fotos para as saídas de até 4h, devidamente editadas e indexadas conforme orientações do setor requisitante competente.

1.1. O material de que trata a cláusula anterior deverá ser disponibilizado por meio de link, que deverá ser encaminhado ao e-mail da ASCOM (ascom.tre.ms@gmail.com e imprensa.trems@gmail.com).

1.2. O prazo de entrega das mídias deve ser feita em até 2 horas, contados do encerramento do evento.

2. Independente da elaboração do material editado e para que seja possível a realização da divulgação imediata de cada evento/notícia, deverá ser efetuada pela contratada a entrega imediata (a ser realizada durante ou logo após o fim de cada “saída”), em meio magnético ou correio eletrônico, de pelo menos 10 (dez) fotografias.
3. As fotografias devem ser entregues no formato JPEG, em resolução mínima de 3840 x 2880 pixels, em máxima qualidade e mínima compressão.
4. Todas as fotografias deverão ser disponibilizadas por meio de link, que deverá ser encaminhado ao e-mail da ASCOM (ascom.tre.ms@gmail.com e imprensa.trems@gmail.com).
5. Nos valores propostos para o subitem 4 (serviços fotográficos a serem executados em municípios situados no interior do estado de Mato Grosso do Sul), constar inclusas as despesas concernentes à alimentação e a hospedagem do profissional designado para a realização dos serviços.
 - 5.1. O ressarcimento da empresa pelo deslocamento entre Campo Grande e os municípios situados no interior do Estado será efetuado na forma disposta no Capítulo VII deste Termo de Referência.
6. Nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações) e do art. 49 e inciso I da lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), deverão ser cedidos os direitos patrimoniais ao TRE/MS.
 - 6.1. Para a cessão de direitos que trata a cláusula anterior, deverá a contratada apresentar, quando da assinatura do contrato, declaração de que **CONCEDE** ao TRE/MS os direitos autorais e de uso patrimonial, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666/93 e artigo 49, inciso I, da Lei nº 9.610/98, nos termos do modelo **Anexo III** deste Edital.
7. São também obrigações da empresa contratada para a execução dos serviços de cobertura fotográfica:
 - 7.1. Conduzir os trabalhos de fotografia;
 - 7.2. Fornecer todo o material necessário (câmeras, lentes, objetivas, baterias, cabos, conectores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de fotografia;
 - 7.3. Atender de imediato à solicitação de serviços de fotografia, desde que comunicados pelo TRE-MS dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do evento.
 - 7.4. Fornecer a vestimenta do fotógrafo que deverá estar de acordo com o rigor exigido pelo evento a ser coberto, por exemplo, quando se exigir traje passeio completo dos convidados, o mesmo deverá ser observado para o fotógrafo e seus auxiliares.
 - 7.5. A contratada deverá manter pessoal em quantidade suficiente para cobrir pautas que poderão ocorrer simultaneamente em locais diferentes;
 - 7.5.1. Em ocasiões excepcionais, previamente indicadas e combinadas com a ASCOM, a Contratada deverá dispor de profissionais em número suficiente, a depender das características do evento, para cobrir, em caráter extraordinário, solenidades de posse de membros/magistrados, do presidente e do vice-presidente, sendo considerado cada profissional individualmente para efeito de remuneração da hora trabalhada;
8. As fotografias deverão ser tratadas/editadas por meio de softwares apropriados (Photoshop, Lightroom ou outros de mesmo nível técnico ou superior).
 1. É vedada toda e qualquer manipulação que inclua ou exclua elementos ou pessoas de forma que altere a substância da imagem original
 2. Excepcionalmente, a ASCOM poderá solicitar a realização dos serviços aos sábados, domingos e feriados, inclusive em horário noturno, sem quaisquer custos adicionais;
 3. A Contratada deverá disponibilizar e-mail e telefone para contato e para fins de abertura de Ordem de Serviço pelo Contratante e ainda dispor de meio eletrônico para que os arquivos possam ser enviados em grande quantidade via e-mail ou disponibilizados em plataforma de compartilhamento;
8. Tendo em vista a natureza das atividades a serem desempenhadas, a pessoa jurídica proponente deverá comprovar sua qualificação técnica, apresentando, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou ou está executando satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação:

8.1. Para fins da comprovação prevista no item anterior, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" a execução de serviços de cobertura fotográfica para órgãos públicos.

8.2. É de responsabilidade da empresa proponente a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, podendo o servidor responsável pela análise dos documentos diligenciar para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

CAPÍTULO VI – DOS LOCAIS PARA EXECUÇÃO

1. Os serviços discriminados nos subitens 01, 02 e 03 deste Termo de Referência poderão ocorrer tanto no prédio-sede do TRE-MS, bem como em outro local dentro da região de Campo Grande, conforme as características do evento.

2. O serviço discriminado no subitem 04 será realizado em qualquer um dos municípios situados no interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Os serviços somente poderão ser executados mediante solicitação e autorização expressa a ser emitida pela fiscalização dos contratos.

CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO DO DESLOCAMENTO DAS EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO ESTADO

1. O deslocamento entre Campo Grande e os municípios situados no interior do Estado será pago à contratada pelo TRE/MS, de acordo com o valor por quilômetro percorrido pré-definido pelo TRE/MS, tomando como base o preço médio vigente no Estado do Mato Grosso do Sul disponibilizado no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo (www.anp.gov.br), onde também se levará em conta a quilometragem percorrida (de acordo com as distâncias indicadas na Tabela de Distâncias entre Municípios do Estado, constante no Anexo IV do Edital).

1.1. O cálculo dos valores a serem ressarcidos será efetuado da seguinte forma:

1.1.1. Multiplicar-se-á a quilometragem indicada na mencionada tabela por 02 (dois), em razão da necessidade de se levar em conta o deslocamento de ida e volta da contratada.

1.1.2. Dividir-se-á o valor obtido por 10 (dez), considerando que a média de consumo de um automóvel comum é de 10Km/l.

1.1.3. Em seguida, será multiplicado o valor obtido na cláusula anterior pelo **valor médio do litro da gasolina praticado no Estado do Mato Grosso do Sul disponível no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo.**

2. Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá considerar o valor dos tributos incidentes (PIS, COFINS e ISS), aplicando os percentuais sobre o valor total a ser ressarcido (O TRE/MS ressarcirá a empresa integralmente, pagando o valor efetivamente gasto – combustível + tributos incidentes).

3. O deslocamento interno dentro dos municípios (inclusive Campo Grande) para a prestação dos serviços não serão computados para fins de pagamento.

CAPÍTULO VII – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo da Assessoria de Comunicação Social, devendo ser concedido a esta o acesso a todas as etapas dos serviços prestados.

1.1. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

2. À Administração, através da fiscalização do contrato, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- 2.1. Ao verificar falhas, erros ou não cumprimento de exigência estabelecida no Edital, neste Termo de Referência e no Termo Contratual, solicitar a imediata correção por parte da contratada; e
- 2.2. Exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral e sem exacerbar sua competência, toda e qualquer ação de orientação geral sobre a execução dos serviços.

CAPÍTULO VIII – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em no mínimo 02 (duas) vias ou eletrônica e deverá conter a indicação dos serviços prestados, conforme a discriminação da Nota de Empenho, a quantidade e os preços unitários e total.
- 2. Deverá ser emitida Nota Fiscal específica para a prestação dos serviços de deslocamento aos municípios situados no interior do Estado discriminados no subitem 05.**
3. Para fins de atendimento a IN/SRF 1234, de 11/01/2012 e suas alterações posteriores, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO IX – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal (INSS/FGTS).
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas no Termo Contratual (minuta constante do Anexo II, do Edital).

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços na forma prevista neste Termo de Referência e no Termo Contratual.
2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência e no Termo Contratual.

CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

1. Realizar o serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e seus anexos.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do serviço.
4. A contratada fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Aceitar, nos termos da cláusula 1.2 do Capítulo II, as supressões de serviços não efetivamente utilizados pelo TRE/MS.
6. Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.
5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 7.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
9. A EMPRESA CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas neste órgão da Justiça Eleitoral, sem prévia autorização formal.
10. A EMPRESA CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela JUSTIÇA ELEITORAL a tais documentos, sob pena de aplicação de sanção na forma prevista EM CONTRATO.
11. Adotar na execução do contrato, práticas de sustentabilidade ambiental na recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pelo TRE/MS, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis, que sejam aplicáveis ao objeto desta licitação.

ADRIANA FRANCO CÂNDIA

Integrante Demandante

GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO

Integrante Administrativo

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, Técnico Judiciário, em 09/11/2022, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1346939** e o código CRC **08E3976B**.

0005658-53.2022.6.12.8000

1346939v1